

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Maiana Parente Gomes Carneiro¹ | Thalyta Amália Feitosa Fernandes² | Isabela Bezerra Ribeiro³

RESUMO

O presente sobre vitimização da mulher em casos de violência sexual. A vitimização secundária ocorre quando a culpabilização, além de vir por parte da vítima, vem também de profissionais e serviços que deveriam acolher a mulher, receber a denúncia e responsabilizar o agressor. A pesquisa teve como objetivo compreender como a vitimização secundária afeta mulheres vítimas de violência sexual baseado nas publicações científicas mais recentes. Para isto realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo descritivo, com a análise de periódicos científicos publicados nos últimos cinco anos. Diante do estudo da bibliografia apontam-se duas categorias definidas como obstáculos e caminhos, nas quais se apresentam os obstáculos que as mulheres, vítimas, enfrentam ao tentar denunciar o abuso e sobre o atendimento que recebem; a categoria de caminhos aponta possíveis estratégias para melhorar o atendimento às vítimas e uma discussão sobre conscientização da culpabilização que a vítima de violência sexual sofre. Portanto, considera-se importante neste estudo, ao que se refere ao enfrentamento à violência sexual, um recorte de gênero, e a discussão da vitimização secundária como fator agravante no atendimento às vítimas, uma vez que a sexualidade da mulher ainda sofre julgamentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Vitimização Secundária. Violência Sexual. Saúde Mental.

ABSTRACT

This is about the research report on victimization of women in cases of sexual violence. The secondary victimization occurs when the blame, in addition to coming from the victim, also comes from professionals and services that should welcome the woman, receive the report and hold the aggressor responsible. The research aimed to understand how secondary victimization affects women victims of sexual violence based on the most recent scientific publications. For this we carried out a literature review of descriptive qualitative, with the analysis of published scientific journals in the last five years. In view of the study of the bibliography, two categories are identified, defined as obstacles and paths, in which the obstacles that women victims face when trying to denounce abuse and the care they receive are presented; the category of paths points to possible strategies to improve care for victims and a discussion on raising awareness of the blame that the victim of sexual violence suffers. Therefore, it is considered important in this study, when it comes to coping with sexual violence, a gender focus, and the discussion of secondary victimization as an aggravating factor in caring for victims, since women's sexuality still suffers from social judgments.

KEYWORDS

Secondary victimization. Sexual Violence. Mental health.

INTRODUÇÃO

O presente trata do relato de pesquisa sobre casos de violência sexual contra mulheres, a qual se caracteriza por qualquer tentativa de ato sexual ou investidas não consentidas contra uma mulher. Tem foco no estudo sobre vitimização secundária e o acesso ao atendimento às vítimas. Histórico e culturalmente as mulheres são responsabilizadas por eliciar desejos masculinos, assumindo assim a culpa por alguns comportamentos sexuais dirigidos a elas.

Também são parte do julgamento que reforçam essa responsabilização a crença de que comportamentos e tipos de vestimentas são motivos para que haja uma violência sexual, assim como a naturalização do homem como animal instintivo, que não pode ser provocado. A vitimização secundária dessas mulheres que sofreram algum tipo de violência ocorre quando a culpabilização, além de vir por parte da vítima, vem também de profissionais e serviços que deveriam acolher a mulher, receber a denúncia e responsabilizar o agressor.

Questionou-se por que as mulheres têm dificuldade no acesso aos serviços de apoio e no atendimento com profissionais especializados? Acredita-se que mesmo com garantias de direitos e leis que asseguram sua proteção, as mulheres vítimas de violência e, principalmente a sexual, desistem de procurar um serviço de apoio ou desacreditam no atendimento de órgãos e profissionais que trabalham diretamente com a demanda porque são julgadas e revitimizadas nestes espaços.

Para discutir o objeto de estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo descritivo, com a análise de periódicos científicos publicados nos últimos cinco anos com os descritores violência sexual e vitimização secundária, segundo os critérios de inclusão somente os artigos que tratavam de violência sexual foram analisados, ao todo seis trabalhos foram categorizados por temática e aproximações, segundo a análise de conteúdo sugerida por Bardin (1977).

Diante da análise do levantamento bibliográfico apontam-se duas categorias definidas como obstáculos e caminhos, nas quais se apresentam os obstáculos que as mulheres, vítimas, enfrentam ao tentar denunciar o abuso e sobre o atendimento que recebem; a categoria de caminhos aponta possíveis estratégias para melhorar o atendimento às vítimas e uma discussão sobre conscientização da culpabilização que a vítima de violência sexual sofre.

DESENVOLVIMENTO

OBSTÁCULOS NO ATENDIMENTO AS VÍTIMAS

A literatura apresentou inúmeros obstáculos que atingem o atendimento à mulher vítima de violência sexual, os quais dificultam que a assistência seja feita de maneira qualificada e eficaz. Segundo Silva et al (2019), alguns dos obstáculos mais frequentes que abalam o atendimento às vítimas de violência sexual estão relacionados a problemas organizacionais e ao que foi denominado pelos autores como “violência institucional”. Pode ser citado, por exemplo, a falta de profissionais nos equipamentos o que leva a uma lentidão nos atendimentos, também foi abordado a questão da ausência de comunicação entre os dispositivos para repassar informações relevantes acerca da vítima atendida.

Seguindo a discussão, os autores relatam um problema relacionado à desqualificação dos profissionais no tocante ao serviço prestado em casos de violência sexual, foi possível perceber nos estudos que os atendentes dessas mulheres não são totalmente aptos a realizarem o atendimento de maneira propícia, visto que eles não possuem uma capacitação específica para tal atividade (SILVA et al, 2019).

Do mesmo modo, existem barreiras no que diz respeito à notificação de casos de violência sexual. De acordo com Gaspar e Pereira (2018), o número de notificações aumentou nos últimos anos, todavia há muitas dificuldades no preenchimento das notificações, que estão relacionadas, muitas vezes, à insensibilidade proveniente daqueles que preenchem a notificação, incapacitando assim a resolução da problemática apresentada pela vítima na íntegra.

Vale ressaltar os obstáculos de violência institucional, caracterizados por episódios ocorridos com mulheres violentadas sexualmente, como reprodução discriminatória por parte dos profissionais na hora do suporte assistencial, descumprimento das políticas de humanização assistenciais, preconceitos e condutas sexistas envolvendo relações de gênero e, também comum, o temor advindo da vítima em buscar ajuda profissional por medo de não ter suas demandas resolvidas, o que impede que muitas mulheres procurem por socorro (SILVA et al, 2019).

Tal fato está bem articulado com as falhas existentes nas aplicações de políticas públicas instauradas para atender às situações de violência sexual contra mulheres. Ao longo dos anos, foram constituídas políticas públicas voltadas a proteção e assistência da mulher, leis e diretrizes que regem o atendimento e direitos privativos das vítimas de violência. De acordo com Pinto et al (2017), em 2003 foi promulgada a Lei 10.778 que estabelece a notificação obrigatória em casos de violência sexual nos atendimentos em âmbito público ou privado.

Logo, é possível perceber que existem políticas públicas eficazes para garantir o acolhimento e amparo das vítimas, porém vê-se que ainda necessitam de aprimoramentos e melhor qualificação por parte dos profissionais de saúde e da melhor organização administrativas nas assistências, como também se faz necessário melhorias nas aplicações dessas políticas públicas para atenderem aos seus objetivos (PINTO et al, 2017).

Ademais, outro obstáculo pode ser mencionado como empecilho para os atendimentos às mulheres vítimas de violência sexual. Vieira et al (2016) discutem sobre a adoção de protocolos nas áreas assistenciais de atendimento, os protocolos são classificados como instrumentos normativos de intervenção técnico-social os quais direcionam os profissionais de saúde para a prática de suas atividades, segundo os conhecimentos científicos e nas condutas habituais para assim adequarem-se cada vez mais à realidade.

Entretanto, essa técnica normativa ainda é bastante inexistente e desconhecida pelos profissionais de saúde, visto que muitos equipamentos de atenção à saúde não fazem uso dos

protocolos e não disseminam essa ferramenta entre os trabalhadores. Conforme Cavalcanti et al (2015), o Brasil é carente de utilização dos protocolos pelos serviços de saúde, desse modo os autores discorrem sobre a deficiência existente nos âmbitos de acolhimento às vítimas de violência sexual por conta da falta de execução das normas e diretrizes instituídas no que diz respeito ao atendimento em casos de violência sexual.

CAMINHOS PARA UM BOM ATENDIMENTO ÀS VITIMAS

Para Silva et al (2019) os caminhos são claros, preservar a acolhida qualificada de assistências às vítimas, pois através desse acolhimento se investe na saúde mental destas; a manutenção no atendimento qualificado, uma vez que é através dele que se tem a segurança da quebra do silêncio; a importância de se ter e manter as capacitações em um ritmo frequente para aqueles que atuam na área da assistência, sempre buscando retomar as discussões de gênero. As discussões abrem um leque para o entendimento sobre violência contra mulher e quebra paradigmas impostos através de ideologias. Outros caminhos são de ampliar a visibilidade sobre a problemática, através da mídia, criação de legislação, e a criação de equipamentos sociais para assistências a mulher em diferentes setores assim como, a melhoria dos já existentes.

Para Gaspar e Pereira (2018), os caminhos se dão na melhoria das políticas públicas, assim como também a ampliação das mesmas, no qual há uma necessidade vigente de qualificar o sistema de saúde, posto que em distintas ocasiões se encontram incapazes de atender às demandas. Também na educação continuada, para que não haja erros nas identificações dos casos e nas notificações, fatores que contribuem para o aumento de notificação.

As políticas públicas, as leis e decretos que norteiam e protegem os direitos das mulheres tiveram um maior alcance nas últimas décadas, se reconhece que são importantes e eficazes se cumpridas, todavia, existe insuficiência em relação às divulgações de informações da existência de serviços de referência para atendimento das vítimas de violência sexual. A desinformação da população sobre os Centros de Referência da Mulher, a falta de acesso às Delegacias da Mulher, pode ser explicada por esta insuficiência de divulgação, o que interfere diretamente nas notificações e subnotificações dos casos. Portanto percebe-se, também, em Pinto et al (2016), que os caminhos a seguir deverão aprimorar e qualificar os profissionais e melhor organizar nas políticas assistência às vítimas.

Percebe-se nos estudos um padrão que apontam para melhoria tanto dos serviços e acesso à eles, como também para a qualificação profissional. Os resultados dos caminhos encontrados em Cavalcanti et al (2015), são direcionados à educação de profissionais, as situações de violência sexual é questão de saúde, cabendo então aos profissionais de saúde afastar-se do foco no modelo biomédico,

e explorar o biopsicossocial, investindo em uma estrutura curricular que explore nos direitos sexuais, nas relações de gênero e nos direitos

CONCLUSÃO

Portanto, considera-se importante neste estudo, ao que se refere ao enfrentamento à violência sexual, um recorte de gênero, e a discussão da vitimização secundária como fator agravante no atendimento às vítimas, uma vez que a sexualidade da mulher ainda sofre julgamentos sociais, baseados em crenças e valores pessoais, os quais acabam afetando a qualidade do atendimento.

Percebeu-se diante da análise duas categorias temáticas discutidas em boa parte dos estudos, *os obstáculos* que as mulheres enfrentam para validar sua denúncia e ser acolhida na sua dor, assim como *os caminhos* possíveis para mudar essas dificuldades. Foi possível notar que os principais obstáculos relacionados ao atendimento à mulher vítima de violência sexual são principalmente associados a impasses organizacionais e violências institucionais no momento de acolhimento da vítima, e que tais práticas devem ser revisadas visando aprimoramentos nas políticas públicas. Sobre *os caminhos* possíveis para melhoria do atendimento às vítimas, a execução das leis e decretos, a propagação dos espaços que atendem às mulheres e um treinamento e reeducação profissional que leve em consideração o marcador de gênero e a compreensão de que as crenças e valores sobre o comportamento das mulheres contribuem para a vitimização secundária.

O número de estudos sobre o tema, nos últimos cinco anos, ainda é incipiente. A expansão desse debate merece mais destaque em estudos científicos, visto que muitos obstáculos ainda são apontados na literatura a respeito do atendimento às vítimas, principalmente no que se refere à violência sexual, um tema menos debatido em relação à violência doméstica, por exemplo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAVALCANTI, Ludmila Fontenele et al. Implementação da atenção em saúde às violências sexuais contra as mulheres em duas capitais brasileiras. **Saúde em Debate**, [s.l.], v. 39, n. 107, p. 1079-1091, dez. 2015.

GASPAR, Renato Simões et al. Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 34, n. 11, p. 1-10, 8 nov. 2018.

PINTO, Lucielma Salmito et al. Políticas públicas de proteção à mulher:: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual. **Ciência & Saúde Coletiva**, Teresina - PI, p. 1501 - 1508, 15 mar. 2017.

SILVA, Juliana Guimarães e et al. Direitos sexuais e reprodutivos de mulheres em situação de violência sexual: o que dizem gestores, profissionais e usuárias dos serviços de referência?1. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 28, n. 2, p. 187-200, jun. 2019.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza et al. Protocolos na atenção à saúde de mulheres em situação de violência sexual sob a ótica de profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 21, n. 12, p. 3957-3965, dez. 2016.

Recebido em: 11 de Junho de 2020

Aceito em: 30 de Julho de 2020

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado. E-mail: maianaparente14@gmail.com

² Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado. E-mail: thalytafernandes1307@gmail.com

³ Professora no Centro Universitário Vale do Salgado. Mestra em Psicologia. Orientadora e Mestra em Psicologia pela UFPE. E-mail: isabelabezerra@univs.edu.br